

## A TEORIA E A PRÁTICA

**1. Na sequência** da predisposição do Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa e da Ordem dos Arquitectos no apoio à reconstrução do território de Timor Leste, foi lançado um repto aos arquitectos, saído nos boletins respectivos, que teve bastantes e promissoras respostas dos Colegas. For paralelamente criado um Grupo de Trabalho que produziu um texto enquadrador das várias áreas abrangidas pela acção dos arquitectos, disponibilizando-se estes, de uma forma organizada, para, em articulação com os representantes timorezes e em consonância com as instâncias internacionais, formalizar o apoio a uma estrutura que rentabilize a sua experiência profissional acumulada.

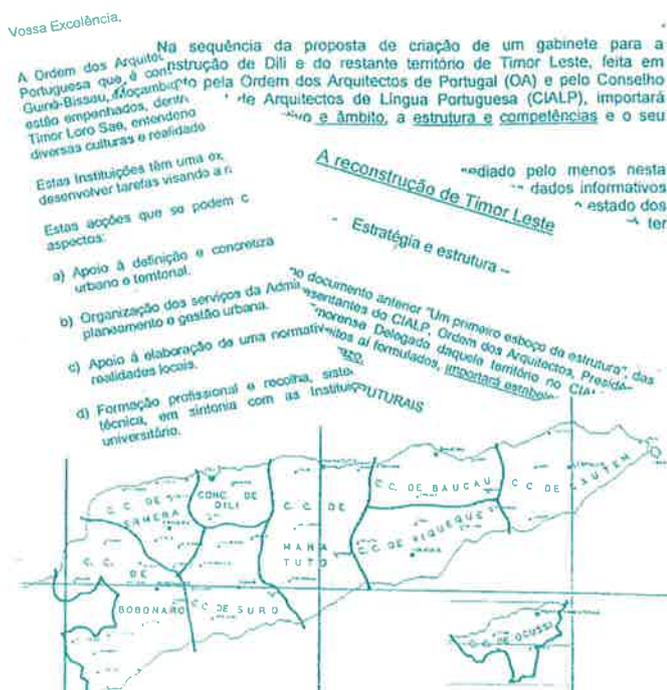
Foi esse documento endereçado ao Alto Comissário para Timor Leste, com conhecimento às mais altas instâncias de Portugal e da Resistência Timorense, e ainda à UNESCO e às Nações Unidas. Após alguns novos contactos posteriores com o Alto Comissariado, entidade que coordena todas as acções relacionadas com Timor Leste, continuam os organismos representantes dos arquitectos expectantes de uma resposta clara, tendente a uma acção organizada e estruturada.

Estará já no terreno, porventura a ser ultrapassada por iniciativas individuais, porventura na generalidade bem intencionadas, mas que pecarão por voluntarismos parcelares, não enquadrados, que acarretarão necessariamente consequências para a reconstrução e desenvolvimento harmonioso do território.

Sendo embora teóricas as expectativas perfeccionistas de actuação em Timor Leste, seria no entanto interessante e motivador se nesta como em outras áreas houvesse um maior esforço numa acção séria, concertada e pro-

### A RECONSTRUÇÃO DE TIMOR LESTE

- Um primeiro esboço de estrutura -



fissional, que ultrapasse os apoios e protagonismos avulsos em curso.

Haja a esperança de ainda poder ser conseguida tal acção estruturada, pois o tempo urge.

Foi muito recentemente reiterada em reunião efectuada para o efeito com os mais altos representantes da CNRT em Lisboa, esta predisposição, através das suas legítimas estruturas representativas, o CIALP e a OA.

**2. Regozija-se** o CIALP de ter conseguido dar resposta ao apelo dramático do Colega César Vital Moreira, delegado de Timor Leste a este Conselho Internacional, na sua vinda para Lisboa proveniente de Jacarta, onde estava a ser

perseguido. Para esta acção foi imprescindível a rapidez e eficácia da Encarregada de Negócios de Portugal na Indonésia, Dra. Ana Gomes, que publicamente se saúda.

**3. Independente** de outros trabalhos em curso ligados ao CIALP, foi novamente reafirmado pelos Colegas moçambicanos o seu empenho na realização do 8º Encontro em Maputo, que decorrerá em Setembro do próximo ano 2000. Está previamente a ser criada a respectiva associação de arquitectos, objectivo há muito perseguido mas ainda não concretizado, estrutura profissional que se saúda e que melhor apoiará e enquadrará os arquitectos moçambicanos. Foi entretanto já nomeada a sua Comissão Instaladora.

Será brevemente divulgado o tema do Seminário para todos os Colegas, atempadamente, poderem preparar as suas comunicações ou teses, por forma a tornarem o 8º Encontro do CIALP num importante fórum de reflexão e debate das temáticas ligadas à profissão.

José Silva Carvalho, arquitecto  
Presidente do CIALP

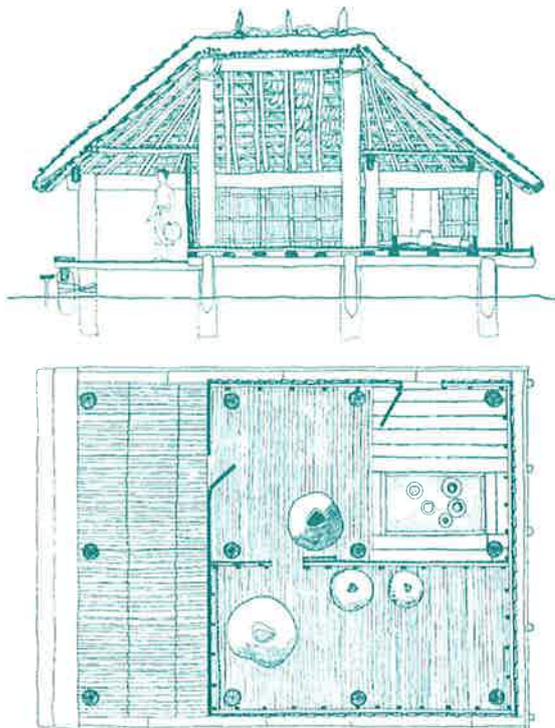
# ORDEM DOS ARQUITECTOS E DESENVOLVIMENTO DE TIMOR

Desde a criação da Delegação dos Arquitectos de Timor Leste, e da sua participação no congresso do CIALP no mês de Junho de 1999 em Macau, considerando que a partir de então Timor Leste tem mostrado com credibilidade ao mundo, especialmente aos Países de Língua Oficial Portuguesa e às ex-colónias que vai ser uma Nação Independente e poderá ser, brevemente, o nono membro da CIALP. Deste modo o estatuto da Delegação como observador será esforçar-se em recolher e organizar-se como uma Organização de Profissionais, formal, para depois possa ser reconhecida pelo Governo de Transição de Timor Leste que a irá constituir sob os auspícios do Representante Especial do Secretário Geral da ONU, Senhor Sérgio Ribeiro de Mello.

A urgência do ponto de vista estratégico desta Organização de profissionais é a de contribuir para a definição de directrizes dos órgãos mundiais presentes que pretendam elaborar toda a programação em quaisquer áreas de desenvolvimento seja a curto, médio ou longo prazo. Certamente que isto irá ser efectuado em conjunto com as outras Organizações de Profissionais envolvidas entre as quais os Engenheiros de Construção Civil ou outras profissões conforme as necessidades verificadas.

## PERSPECTIVAS DE 24 ANOS DE INTEGRAÇÃO

A política do desenvolvimento do território de Timor Leste durante a ocupação ilegal Indonésia nestes últimos 24 anos teve por objectivo obter a legitimidade da sociedade timorense e também da Comunidade Internacional, na tentativa de salientar que a integração era o caminho mais viável para solucionar o estatuto político de Timor Leste. Sendo assim, com a arrogância de construir Timor Leste baseado no conceito de "indiferença", revelando uma atitude hipócrita e cheia de arrogância, introduzindo a sua política de Nepotismo, Colusão e Corrupção, em que era visto apenas a quantidade ou o total do desenvolvimento e não a qualida-



*Corte e planta da casa pertencente ao chefe de "suco" de Lalissuc, no Ocussi, in: Arquitectura Timorense, Fuy Cinatti, Leopoldo de Almeida e Sousa Mendes, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1987.*

de. Foram muitos os operários profissionais vítimas da política macabra acima mencionada. Assim também foram muitos os que pensaram e trabalharam profissional e estrategicamente para apoiar a existência da luta da Independência de Timor Leste através dos lucros obtidos.

## PROGRAMAÇÃO ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO

Entretanto, com a criação do estatuto de Timor Leste como uma nova Nação Independente, institucionalmente terá que ser desenvolvida com a concepção do desenvolvimento profissional, e conceptualmente sob um sistema de controlo também institucionalmente responsável para alcançar os objectivos concretos de acordo com os interesses da sociedade. Considerando importante a programação estratégica no conceito do desenvolvimento no período de transição, a maior parte deverá direccionar-se, em primeiro lugar para o desenvolvimento. As prioridades consideradas mais emergentes são as seguintes: a concessão de géneros alimentícios, medicamentos, água potável e a reconstrução de habitações às populações que sofreram a política de "ter-

ra queimada". É importante também, ter em conta as facilidades sociais como hospitais, escolas, e a abertura de clínicas sociais. Ao mesmo tempo prepara-se um programa estratégico de desenvolvimento a nível nacional, a curto, médio e longo prazo, que se pretende realizar depois das eleições gerais pelo governo definitivo.

Temos a certeza que este trabalho não será assim tão fácil, de maneira que necessitará de apoios das Organizações Internacionais especializadas na programação do desenvolvimento com capacidade em termos científicos e análises estratégicas pertinentes.

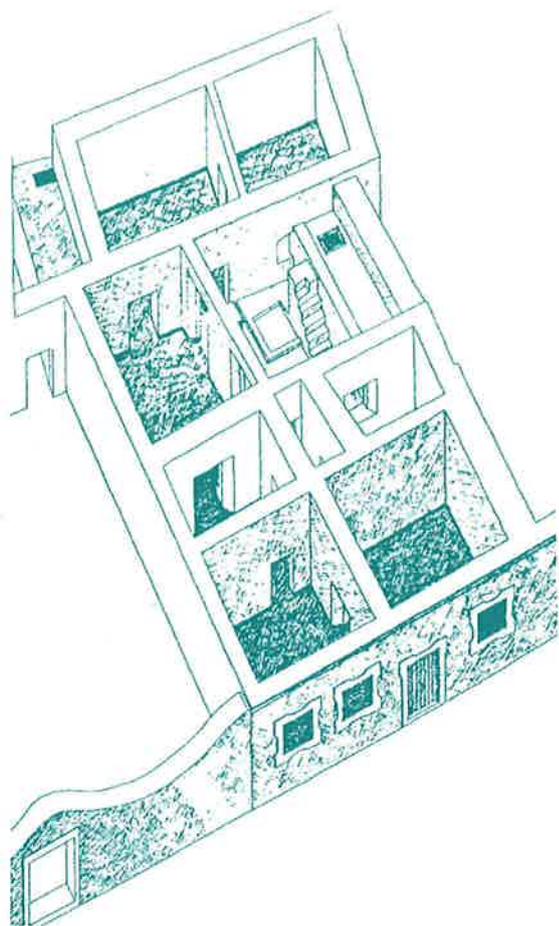
Não devemos repetir as atitudes incorrectas deixadas pelos indonésios ao longo destes 24 anos, as quais minimizaram a participação da sociedade intelectual, bem como de todos aqueles que possuem uma influência social e tradicionalmente determinativa na sociedade, nomeadamente na tomada de decisão.

Este inquietude é considerada como um apelo não só ao Governo de Transição, mas também aos Órgãos Políticos, que pretendam construir Timor Leste nas suas diversas áreas sócio/políticas, económica e cultural. Como disse Almeida Santos, ex-ministro português da Coordenação Inter-territorial em Outubro de 1974, durante a sua visita ao território: "Timor será o que a maioria da população quiser que seja".

Em especial, com a relação histórica da Organização de Arquitectos com o CIALP (Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa), será uma oportunidade de partilhar experiências e discutir problemas arquitectónicos e urbanísticos como fonte de informação e ao mesmo tempo uma busca conjunta de soluções. Seria também uma oportunidade para os 10 arquitectos timorenses se orientarem e prepararem profissional e intelectualmente para um futuro melhor de Timor Leste.

**César Vital Moreira, Arq<sup>o</sup>,  
Delegado de Timor Leste ao CIALP**

# 8º. Encontro do CIALP - Maputo 2000



Reabilitação de edifício na Ilha de Moçambique (proposta de Erik Brandt Dam), in: *Ilha de Moçambique - Relatório 1892-1985*, Secretaria de Estado da Cultura, Moçambique e Arkitektkolen i Aarhus, Dinamarca.

**Moçambique tem** actualmente pouco mais de centena e meia de Arquitectos, a maior parte dos quais formados localmente. Menos de 20% desta cifra exerce de facto a profissão pois a maioria encontra-se a servir o sector público.

Apesar de várias tentativas entre os anos de 1992 e 1995, nunca se chegou a acordo sobre a constituição de uma Associação de Arquitectos. Mesmo assim, Moçambique tentou assegurar a sua representatividade nos eventos do CIALP. Não havendo um órgão associativo dos Arquitectos, os delegados ao CIALP resistiram sempre a sugestões de um futuro encontro do CIALP poder realizar-se em Moçambique. A situação do associativismo da classe continuava pendente por ocasião do 7º. Encontro em Macau. Não obstante, e contra todas as expectativas, Moçambique candidatou-se e reafirmou o desejo de organizar o 8º. Encontro do CIALP em Maputo. Este compromisso foi solenemente assumido pelos dois delegados ao último encontro.

Não tendo havido de facto qualquer concertação prévia com os restantes Arquitectos de Moçambique, o primeiro passo para a legitimação do compromisso assumido em Macau devia ser uma consulta de opinião à classe dos Arquitectos. Procedeu-se então à publicação de anúncios públicos, em dois jornais de grande circulação, convidando os Arquitectos a tomar parte num encontro que teve lugar no dia 29 de Outubro passado. Embora vários arquitectos tivessem manifestado interesse em tomar parte no referido encontro, apenas uma vintena se fez representar. Nesta assembleia a iniciativa de Moçambique acolher o 8º. Encontro CIALP foi aceite por unanimidade; contudo e com vista a conferir a máxima credibilidade à organização do evento, os presentes decidiram constituir-se rapidamente em associação, cuja primeira grande tarefa de carácter sócio-cultural será levar a bom porto o 8º Encontro do CIALP em Maputo.

Ficou acordado que até ao fim da 1ª quinzena de Dezembro a asso-

ciação proporá à comissão directiva do CIALP um plano de acção detalhado referente ao encontro de Maputo. Foi entretanto nomeada uma comissão instaladora da Associação que contempla ambos os delegados de Moçambique ao CIALP. Pretende-se com esta iniciativa, não só cumprir a tradição sócio-profissional do CIALP organizando seminários, palestras e exposições, mas também desenvolver uma campanha de promoção das potencialidades culturais e turísticas de Moçambique. Com o 8º Encontro do CIALP em Maputo reforçaremos sem dúvida a coesão entre os arquitectos Moçambicanos. Este encontro permitirá ainda que Moçambique possa deliciar os visitantes através da sua hospitalidade, da sua vitalidade, da sua cultura e porque não, através da sua riqueza arquitectónica.

Haja fé em Maputo 2000. Contamos convosco em Setembro do ano que vem para o 8º. Encontro do CIALP.

**Jaime Comiche e João Teodósio Tique,**  
arquitectos  
Delegados de Moçambique ao CIALP

# TIMOR LESTE E A ACÇÃO DOS ARQUITECTOS

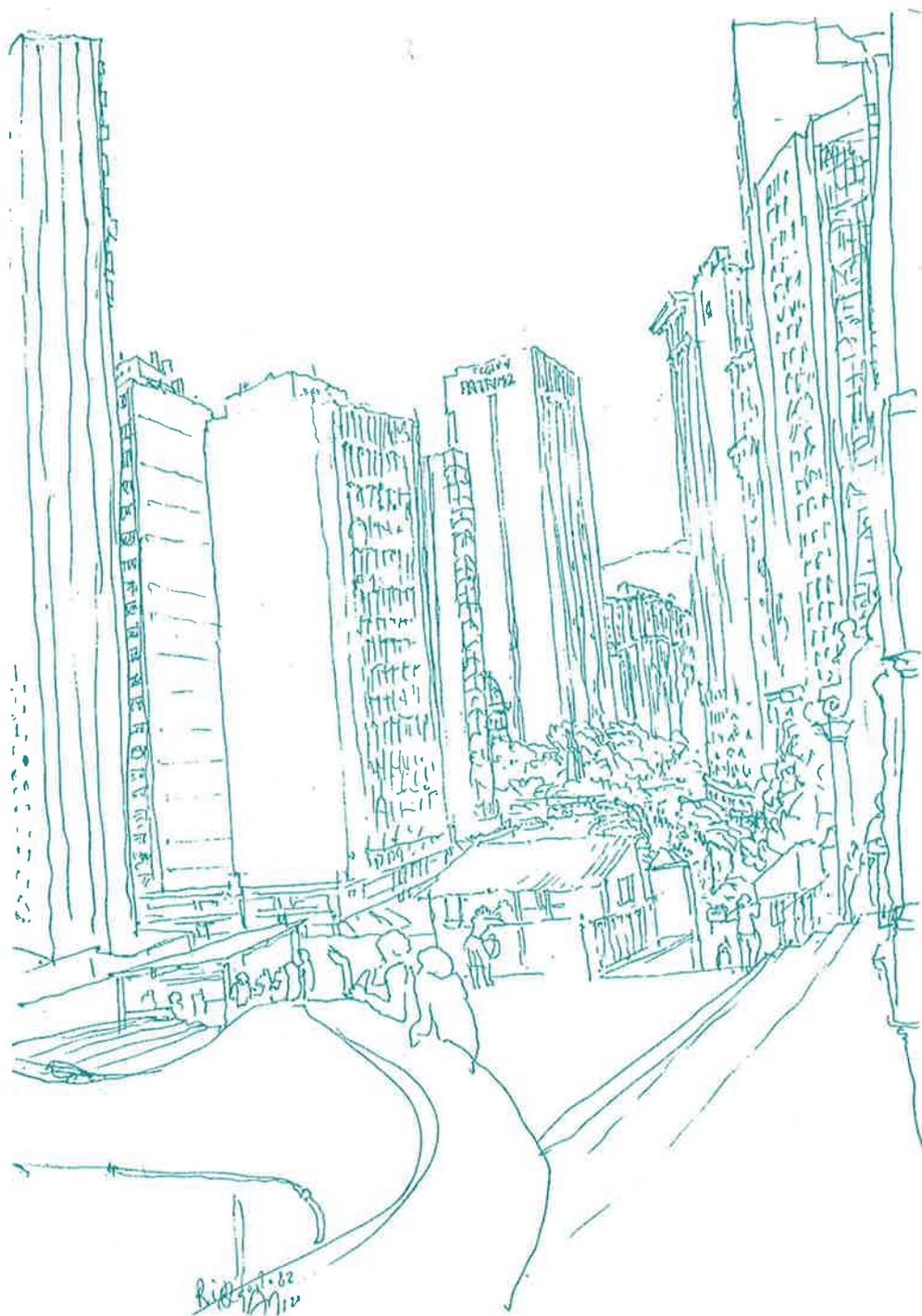
**Correspondendo ao apelo** feito pelo CIALP a todas as associações de arquitectos dos países de língua portuguesa sobre a situação de Timor Leste, recebemos do Colega Carlos Maximiliano Fayet, Delegado do Brasil ao CIALP e Presidente do Instituto de Arquitectos do Brasil, cópia da carta que dirigiu ao Presidente da República do Brasil, que a seguir se transcreve:

«O Instituto de Arquitectos do Brasil - IAB e seus representantes junto ao Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa - CIALP, vem expressar suas preocupações quanto ao destino do povo de Timor Leste, agravado frente aos atos vis que, numa escala de brutalidade crescente, vem ceifando inúmeras vidas dessa comunidade lusófona, que há pouco mais de uma semana optou pela sua independência.

Profissionais comprometidos com a construção do espaço físico que abriga os homens e com a obtenção de condições dignas de vida para todos, os arquitectos brasileiros não podem assistir com indiferença a eliminação da dignidade de um povo e a destruição de seu património e duras penas erigido.

Em junho de 1999, o CIALP durante a realização da sua 7ª Assembléia Geral Ordinária, em Macau, aprovou a admissão do Timor Leste como seu integrante. Essa decisão nos impõe um compromisso maior em atuar, além da postura humanitária e de solidariedade que sempre guiou o IAB, no respeito da auto determinação do povo timorense.

O IAB diante de tais fatos alia-se às demais entidades e apresenta sua mais alta indignação e



Rio de Janeiro, desenho de Álvaro Siza Vieira. in: Revista de Arquitectura nº 5, página 23

protesto frente à lenta reacção dos organismos internacionais, que vacila na exigência de fazer cumprir o acatamento imediato e incondicional da vontade do povo do Timor, numa postura que só tem contribuído para a implacável devastação daquele país.

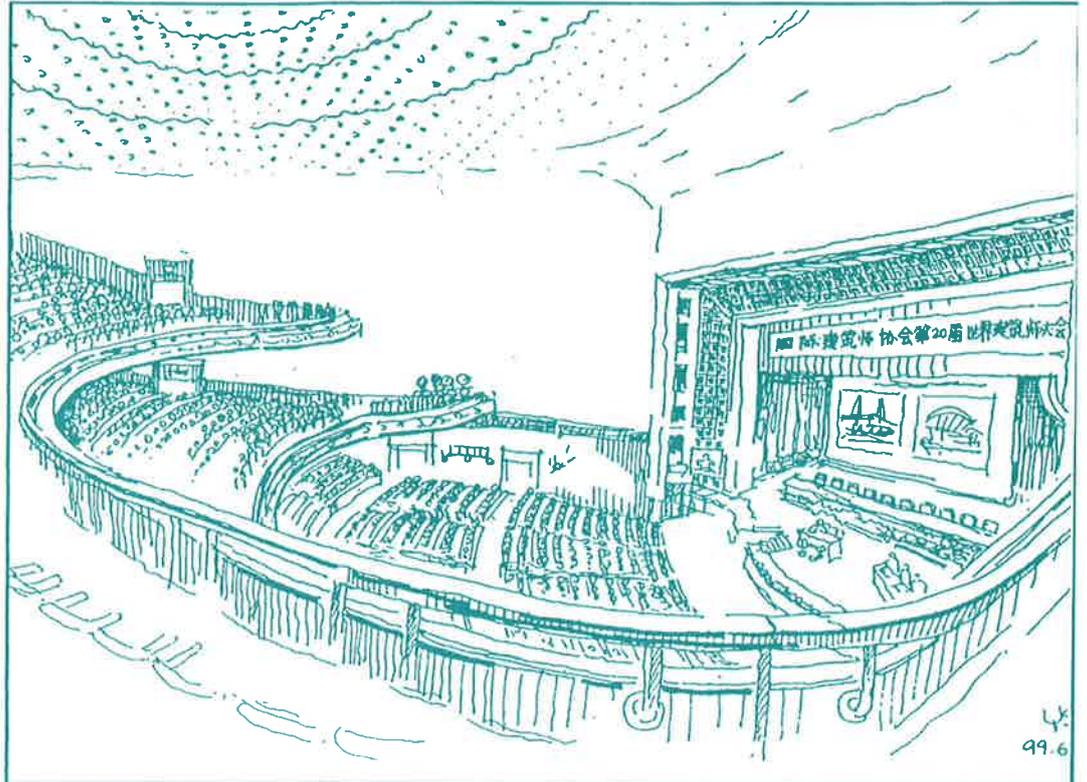
Diante da gravidade dessa situação, o IAB e sua representação brasileira no CIALP, apela ao go-

verno brasileiro para que empreenda todos os esforços no sentido de influir, de forma decisiva, para que a vontade de independência seja garantida e que sejam punidos os assassinos e mandantes dos crimes cometidos contra um povo que apenas cansou de ser humilhado e ofendido.

**Carlos Maximiliano Fayet, arquitecto**  
Delegado do Brasil ao CIALP

# A SITUAÇÃO DE MACAU

Saiu o jornal da Associação dos Arquitectos de Macau nº. 5, que inclui dois longos artigos da autoria dos colegas Carlos Baracho e Afonso Vilela/José Dias sobre o 7º Encontro do CIALP em Macau. Igualmente inclui um artigo sobre o XXº Congresso UIA em Pequim, do qual aqui se destaca o capítulo referente à situação de Macau, da autoria do colega Mário Duarte Duque.



Se a liberalização e globalização da economia, bem como a livre circulação de servidores e produtos, determinam que existam regras de salvaguarda, não dos domínios de intervenção e das influências dos mercados, mas da correspondência aos standards determinados de qualidade e às realidades locais, mesmo na perspectiva da troca e do interesse mútuo, Macau constitui mais uma vez uma realidade específica que obriga a uma abordagem mais cuidadosa destas questões.

De um maneira geral Macau importa a maior parte das competências profissionais e na área da arquitectura e do urbanismo a situação é particularmente sensível. Em Macau poderá reconhecer-se um modo de intervir na cidade associado a uma responsabilidade profissional, mas não se formam profissionais nesse modo de actuar, nem mesmo alguma vez se regulou qual seria o perfil de formação em arquitectura adequado, as respectivas origens ou os modos possíveis de acreditação profissional em Macau.

A formação em arquitectura associada à prática da profissão constituem na maior parte do mundo a referência que permite o reconhecimento com sentido do discurso arquitectónico e urbanístico dos lugares, de um modo que não poderá ser nem ingénuo, nem simplesmente à mercê dos agentes económicos, se é que as cidades se devem reconhecer e renovar nos seus modelos próprios.

Sendo Macau um lugar em que a grande capacidade de realização e de constante mutação urbana é uma característica fundamental, deverá isso, só por si, constituir um âmbito de preocupação no futuro que começa agora.

## MACAU EM PEQUIM

Macau esteve em Pequim representado por uma delegação de cerca de 16 arquitectos, a maioria membros da Associação dos Arquitectos de Macau (AAM). Durante os dias do congresso, esta delegação foi recebida pelo gabinete dos assuntos para Hong Kong e Macau onde, entre cordiais boas vindas, foi confirmado que o Governo da República Popular da China (RPC) reconhece que as cidades, como manifestações culturais elaboradas, necessitam do suporte das suas elites intelectuais a quem reconhece a melhor capacidade de actuar na sua cidade. É no reconhecimento dessa competência que a RPC considera os arquitectos de Macau como os intervenientes mais qualificados em assegurar e salvaguardar a expressão e identidade de Macau.

Em troca de ideias entre os representantes da AAM e a sua congénere, o Instituto de Arquitectos de Hong Kong, tomámos conhecimento do acordo que esse Instituto acaba de estabelecer com o Governo Central da RPC sobre o modo de regular o exercício da profissão em Hong Kong assim como o regime de reconhecimento das habilitações acreditadas na Região Administrativa Especial.

Em nota final e em expressão do interesse que Macau suscita, não apenas nas manifestações das suas referências históricas no património arquitectónico e urbanístico, mas também na sua modernidade, estão em fase de preparação e conclusão três monografias sobre a Arquitectura Contemporânea de Macau da responsabilidade de dois editores de Pequim e um de Taipei.

Mário Duarte Duque, arquitecto  
Delegado de Macau ao CIALP

# A ARQUITECTURA E AS

Foi o colega Alexandre Alves Costa, professor da Faculdade de Arquitectura do Porto, convidado pela Ordem dos Arquitectos e com conhecimento prévio da Associação dos Arquitectos de Macau, para fazer uma conferência no 7º Encontro CIALP de Macau, sujeito ao tema do seu seminário, a "Dinâmica Transcultural da Arquitectura". Dada a sua dimensão, publicaremos neste Boletim a sua primeira parte, a que se seguirá no próximo a segunda e última parte.

Esta palestra é uma espécie de olhar, mais apaixonado do que científico, mais curioso do que rigoroso, sobretudo erótico, por manifestar um claro desejo de realização. Por isso usarei imagens com abundância, as imagens que, mais do que provas, se transformaram em objecto amoroso.

Tenho tentado afirmar uma especificidade para a arquitectura portuguesa, incluindo a de fora de Portugal, acompanhada da recusa de a julgar em função dos modelos culturais pressupostos normalmente pela grande cultura europeia. Por isso, não tenho aplicado, senão por facilidade de linguagem, as divisões tradicionais da história de arquitectura pelos grandes estilos - românico, gótico, renascimento, maneirismo, etc. - que têm sido tão bloqueadores na compreensão da nossa realidade.

Assim vou falando e escrevendo como quem improvisa sobre o que já se sabe, não buscando uma racionalidade estrita nas abordagens, nem uma coerência estilística na linguagem. Pelo contrário misturo conscientemente e sem hierarquia, objectivo e subjectivo, memória e vivência, descrição e invenção, prosa e poesia, em narrativa comunicada em

discurso verbal.

E vou-me perguntando, com vontade afirmativa: será que Portugal, à força de misturar raças e mentalidades, de confundir dois ou três becos sem saída, acabará por esboçar uma síntese original, um passo, um sopro de ar fresco e por abrir caminho a outras razões?

Uma coisa é certa, nascemos e crescemos hesitantes, nunca resolvidas as contradições que fomos marcando como verdades diferentes. Portugal vai-se compondo em oposições permanentes: autoridade e permissividade, projecto e espontaneidade, centralismo e regionalismo, nacionalismo e internacionalismo, aventura radical e conservadorismo estagnante, experiencialismo e escolástica, razão e sentimento. *O sim e o não*, como dizia a Sandra Alvim.

Mais ainda, e sem pôr de parte a existência de factores de unificação que permitem considerar o território e a história nacional como um todo, devemos ter presente que existem sistemas de relacionamento, estruturas sociais e económicas e esquemas culturais diferentes que normalmente se podem articular em dois grupos, situados em áreas geográficas distintas - o Norte e o Sul.

Podemos, assim, considerar como uma das características peculiares da nossa história a maneira como os dois territórios agiram um sobre o outro, se completaram ou opuseram, imprimindo-lhe uma dinâmica própria que se deve considerar constitutiva da especificidade nacional.

Os grandes movimentos históricos confirmam as diferenças: maior densidade de ocupação romana no Sul; estabelecimento de povos do Norte, celtas, suevos e visigodos no Norte e Centro do país; ocupação bizantina e longo domínio islâmico a Sul.

Pode-se, portanto, perguntar, com toda a legitimidade, se um

conjunto de diversidades desembocaram em intercâmbio recíproco ou até que ponto se realizaram verdadeiras sínteses que definam uma cultura nacional aproximadamente comum a todo o território.

Tenho tentado responder a esta problemática para a arquitectura e defendido algumas hipóteses interpretativas que tenho comprovado mais pela quase empírica leitura de visitas e viagens do que com profundos, rigorosos e científicos estudos para os quais não tenho grande motivação.

E, por isso, sem grande tempo para estudar seriamente este problema, o das sínteses, parti para Marrocos. Fui aos Açores, à Guiné e a S. Tomé e Príncipe. A Angola e a Goa, ao Brasil.

Fernando Pessoa escreveu: *Cumpriu-se o Mar e o Império se desfez.*

Felizmente, digo eu!

Não faltou foi cumprir-se Portugal! Alguma coisa floresceu do que foi semeado no meio da dor e da injustiça!

Com esta certeza nos olhos, avancei, desbravando terreno e fui encontrando pacificamente o Portugal não realizado, logo na arquitectura açoreana, depois na arquitectura e nas cidades coloniais que me pareceram um reflexo radical da especificidade nacional numa selecção criteriosa dos seus elementos mais característicos.

Da nossa arquitectura, aprendida no acto de construir, souberam os nossos mestres pedreiros, de pais para filhos, copiando, inovando, respeitosamente. De facto, os critérios da arquitectura portuguesa não são tanto os da coerência, mas sobretudo os da eficiência e, por isso, muito ligados ao imediatismo da técnica produtiva. Conferindo um crédito quase total ao senso comum, faz dele critério latente de verdade, julgado patente na leitura da tradição. O recurso constante à autoridade das crenças gerais, como que estabelecida a sua afinidade

# CIDADES PORTUGUESAS



*Confraternização em Macau - (da esq. para a direita) os colegas Alexandre Alves Costa, José Silva Carvalho, César Vittal Moreira e Olga Quintanilha.*

com a razão, evitando a sua extravagância e marginalização, encarada a arquitectura como socialmente útil e ideologicamente neutra, diminuí-lhe o horizonte de inovação.

A arquitectura portuguesa é sobretudo construção, espaço de suporte para acção, cujo significado não contamina o desenho. Apura-se simplificando-se, comunica, antes de mais pela decoração que não interfere nos valores estruturais e, mesmo quando aspira a um espaço mais emotivo e dinâmico, como no barroco, contém-se dentro de uma volumetria que não ousa romper com a simplicidade de uma geometria de volumes puros.

Por necessidade de afirmação, de domínio ou marca territorial, trabalha a escala e é sobretudo

na dimensão e na implementação que assume, como objecto na paisagem construída ou natural, os seus mais expressivos valores formais. E assim se transforma de arquitectura em elemento de composição urbana, salientando, na racionalidade e uniformidade da arquitectura civil, a natureza do edifício singular.

Da experiência de construir, conhecidos os modelos, nasce o saber, sem grande teoria de suporte e que se transmite empiricamente. Afastado o modelo, procura-se, sobretudo, a eficácia, no caso a caso das circunstâncias. Dessa capacidade de adaptação ao momento, sem grandes prisões de natureza formal ou estilística, nasce a sua variedade, a sua espontaneidade e o seu eclectismo que nunca lhe retiram

um genérico carácter de família que nos permite a sua permanente identificação.

Houve, evidentemente, um claro desejo de fixação no território ultramarino de formas culturais decididamente presas ao mais sólido e perene da nossa tradição, levando as suas implicações ao extremo das possibilidades expressivas. São os modelos mais depurados, elaborados em Portugal durante o século XVI, que são transpostos literalmente, não só como consequência da inexistência de arquitectos residentes com capacidade inovadora ou integradora de novas formas eruditas da arquitectura internacional, mas, sobretudo, por razões de ordem simbólica de representação do poder.

O poder, e sobretudo o colonial, não pode dar de si próprio uma

imagem frágil ou hesitante, o seu exercício passa pela construção de uma síntese que o represente de forma unitária.

Por isso tenho defendido a tese de que a arquitectura portuguesa, contraditória e ecléctica, nos sobressaltos de uma história cheia de vicissitudes e num país dividido por valores culturais dificilmente unificáveis, encontrou nos territórios coloniais uma imagem clara que não só sintetiza, como aprofunda, as suas tendências estruturais, constitutivas de uma hipotética especificidade.

E a cidade, será que há uma cidade portuguesa, pelo menos até aos fenómenos de crescimento e suburbanização pós-industrial?

Iniciarei este tema com palavras de Carlos Nelson, arquitecto e amigo brasileiro:

*Durante muito tempo nossos explicadores de fenómenos de urbanização acreditaram no espontaneísmo à diferença dos nossos irmãos hispano-americanos que tiveram cidades certinhas, rectilíneas das ordenações reais, as nossas surgiram e se desenvolveram ao deus-dará. Hoje muitos autores sérios duvidam disso.*

*Os portugueses trouxeram regras claras... no que diferiam foi na escolha dos sítios...*

*Rio e Salvador são para ninguém botar defeito em matéria de bom aproveitamento de um suporte físico completo.*

*Todo o mundo sabe que, desde as origens, sempre houve tensão por aqui. Tensão entre as boas intenções abstractas e o salve-se quem puder das práticas possíveis.*

*Vai ver que é daí que vem as nossas habilidades em tirar proveito da junção do muito rígido, do que se pauta por normas ideais, com o que se faz de qualquer jeito, como dá na hora e sem previsão nenhuma.*

*Ao mesmo tempo, do outro lado do Atlântico, escrevia eu:*

*O urbanismo português caracteriza-se, sobretudo, pela inteligência do lugar, da escolha ao desenho, numa compatibilização única de organicidade e de racionalidade, do entendimento da paisagem e da funcionalidade urbana.*

*Nos diversos territórios de ocupação portuguesa, encontram-se claras expressões do que, desde a Idade Média, caracteriza a morfologia das nossas cidades que se nos oferecem como organismos espontâneos, sendo, antes de mais, gestos de uma vontade forte, executados por mãos de uma grande humanidade.*

Parece tudo dito e de facto está. Falta saber como e porquê.

Tenho procurado aproximar ao processos de produção da arquitectura portuguesa dos da cidade, buscando-lhes a mesma origem e os mesmos pressupostos. Como sabemos, a simbólica do renascimento, estrutural e espacial, deu origem a algumas obras de grande valor experimental que não tiveram sequência, rapidamente substituídas por uma arquitectura chã, de base tratadística e de influência militar, exportável e reproduzível. Se é assim na arquitectura, porque não na cidade, feita nas mesmas condições sociais, políticas e económicas? Por outro lado, se a arquitectura religiosa é dificilmente dissociável dos valores simbólicos e daí a sua maior permeabilidade à evolução das mentalidades, a arquitectura doméstica ou o desenho da cidade são mais facilmente encarados com o pragmatismo do serviço e da técnica tomados com neutralidade.

É, pois, uma leitura de continuidade que farei e, nesse sentido, não podemos deixar de estudar a riqueza e a diversidade do urbanismo português na Idade Média e na sua saída, que nada tem de espontaneísta, para podermos entender o que foi feito fora dos condicionalismos da metrópole, nas cidades coloniais criadas "ex-novo" e, depois, como essa experiência se sintetiza na esplendor das criações pombalinas.

Não o podendo fazer com profundidade, neste contexto, não deixarei de me atrever a algumas considerações de ordem geral, lembrando, sobretudo as cidades medievais de fundação, como Viana do Castelo, Caminha, Monsaraz e, posteriormente, Tomar.

Na própria capital do reino co-

meça a surgir junto à muralha que a cingia a poente, no sítio de S. Roque, uma nova urbanização em que era utilizada uma malha reticular, não uniforme. Foi este espírito geométrico, combinado com um eficiente pragmatismo que levou os portugueses a fundar ou reformular cidades como Angra, onde entre dois eixos principais - Rua de Lisboa e Rua da Sé - se estrutura uma malha ortogonal.

O crescimento para além da muralha de cidades como Viana ou Caminha e o estabelecimento à sua porta da nova Praça Moderna, com a Misericórdia e os Paços do Concelho significa, normalmente, que da cidade ordenada geometricamente passamos a um espaço que ganha a forma que pode, baseado na sua anterior conformação desenhada pelo cadastro e pelo uso livre do mercado. Daqui parte a cidade moderna, aberta e livre de qualquer constrangimento defensivo.

As novas fortalezas estão desligadas da malha urbana.

A praça, mais do que a Catedral. O Castelo ou a muralha, é o novo e principal símbolo da vida urbana e é a sua dignificação como espaço público a aspiração principal, paralelamente à renovação urbana que se processa dentro das muralhas com expressivo e cuidadoso tratamento das fachadas. Daí a evidência da utilização da Praça como elemento programático, estruturador da malha urbana das novas cidades.

E tudo o que se faz a seguir, parece-me na sequência natural das coisas. Apenas que, nas colónias, cidade e fortificação, são, ainda, conceitos sobrepostos, por necessidades, óbvias, de conquista e de defesa.

Sabemos como a cultura portuguesa do século XVI foi profundamente marcada pela tratadística italiana e pelos estudos científicos, na conjuntura dos Descobrimentos. Sabemos como a arquitectura militar passou a ter importância decisiva naquela conjuntura e como foi veículo do novo gosto e pressuposto de uma nova forma de projectar.

Alexandre Alves Costa,  
arquitecto (Portugal)